

# Inclusão e Educação

Danielle H. A. Machado  
Janaína Cazini  
(Organizadoras)



**Atena**  
Editora

Ano 2019

**Danielle H. A. Machado**  
**Janaína Cazini**  
(Organizadoras)

# **Inclusão e Educação**

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

I37 Inclusão e educação [recurso eletrônico] / Organizadoras Danielle H. A. Machado, Janaína Cazini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Inclusão e Educação; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-029-2

DOI 10.22533/at.ed.292191501

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.  
3. Educação inclusiva. 4. Tecnologia – Educação. I. Machado,  
Danielle H. A. II. Cazini, Janaína. III. Série.

CDD 379.81

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A obra “Educação e Inclusão: Desafios e oportunidades em todos as séries educacionais” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seus 25 capítulos do volume I, apresenta os novos conhecimentos científicos e tecnológicos para a área da saúde especial das modalidades da saúde intelectual e mental, num viés da genética e a visão da psicopedagogia sobre a educação especial, a transição das Políticas Públicas para a educação especial e as transformações sob análises a partir da realidade local.

A Educação por Inclusão engloba, atualmente, alguns dos campos mais promissores em termos de pesquisas tecnológicas nas áreas do Ensino, Novas Tecnologias Específicas, Psicopedagogia, Psicanálise, Educação, Políticas Públicas Brasileiras das Institucionais e Regionais que visam o aumento benéfico e produtivo na qualidade do ensino e desenvolvimento do aluno especial. Além disso, a crescente demanda por conceitos e saberes que possibilitam um estudo de melhoria no processo de participação e aprendizagem à educação inclusiva aliada a necessidade de recursos específicos.

A junção de pesquisas e a modernização da tecnologia compõem um contexto de educação inclusiva nas diversas modalidades da inclusão.

Colaborando com essa transformação educacional, este volume I é dedicado ao público de cidadãos Brasileiros que possuem deficiência e dificuldade psicológica de aprendizagem na perspectiva das Institucionais Regionais do Brasil, mais precisamente, as participações das Políticas Públicas Brasileiras Educacionais. Trazendo artigos que abordam experiências do ensino e aprendizagem no âmbito escolar, desde as séries iniciais até prática de ensino em psicologia com idosos. Assim, aos componentes da esfera educacional que obtiveram sucessos apesar dos desafios encontrados; a mediação pedagógica como força motriz de transformação educacional e a utilização de tecnologias assistivas para auxiliar o aprendizado do discente especial.

Ademais, esperamos que este livro possa fortalecer o movimento de inclusão social, colaborando e instigando professores, pedagogos e pesquisadores às práticas educacionais, às contribuições da genética e da psicanálise a quem ensina, aos alunos especiais na transição da escola regular sob um olhar da psicopedagogia e aos educadores que corroboram com a formação integral do cidadão.

Danielle H. A. Machado  
Janaína Cazini

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
EDUCAÇÃO ESPECIAL NO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA META 4	
<i>Maria do Carmo de Sousa Severo</i>	
<i>Érica Nazaré Arrais Pinto Pereira</i>	
<i>Joiran Medeiros da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2921915011</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>10</b>
EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ADULTOS: CONTRIBUIÇÕES DA NEUROCIÊNCIA E DA ANDRAGOGIA	
<i>Mônica Campos Santos Mendes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2921915012</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>16</b>
EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: EXPANSÃO E CONTRADIÇÕES (2003 – 2014)	
<i>Cleiton Leite Barbosa</i>	
<i>Afrânio Vieira Ferreira</i>	
<i>Sandy Andreza de Araujo Lavor</i>	
<i>Jeanne D'arc de Oliveira Passos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2921915013</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>26</b>
“PRECISAMOS SER COMO CAMALEÕES?”: EXPERIÊNCIA DE UMA PRÁTICA DE ENSINO EM PSICOLOGIA COM IDOSOS	
<i>Edivan Gonçalves da Silva Júnior</i>	
<i>Maria do Carmo Eulálio</i>	
<i>Almira Lins de Medeiros</i>	
<i>Elizabeth de Lourdes Bronzeado Krkoska</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2921915014</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>42</b>
A APRENDIZAGEM EM QUESTÃO: CONTRIBUIÇÕES DA EPISTEMOLOGIA GENÉTICA E DA PSICANÁLISE A QUEM ENSINA	
<i>Juliana dos Santos Rocha</i>	
<i>Virgínia Dornelles Baum</i>	
<i>Marlene Rozek</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2921915015</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>57</b>
A PERSPECTIVA INCLUSIVA PARA O FORTALECIMENTO DA RESSOCIALIZAÇÃO DE ASSISTIDOS DA CENTRAL DE ALTERNATIVAS PENAIAS DO CEARÁ – RELATO DE EXPERIÊNCIA	
<i>Dafna Maria da Silva Ricardo</i>	
<i>Débora Rocha Carvalho</i>	
<i>Aline Maria Barbosa Domício Sousa</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2921915016</b>	

**CAPÍTULO 7 ..... 66**

APRENDIZAGEM E ESCOLARIZAÇÃO EM FOCO: UMA VISÃO PSICOPEDAGÓGICA

*Virginia Dornelles Baum*  
*Juliana dos Santos Rocha*  
*Marlene Rozek*

**DOI 10.22533/at.ed.2921915017**

**CAPÍTULO 8 ..... 81**

AS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS, VOLTADAS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A TRANSIÇÃO ESCOLA-TRABALHO

*Ana Cristina de Carvalho*  
*Edicléa Mascarenhas Fernandes*

**DOI 10.22533/at.ed.2921915018**

**CAPÍTULO 9 ..... 86**

A INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

*Iris Mara Guardatti Souza*  
*Regina Cohen*  
*Patrícia Lameirão Campos Carreira*  
*Angélica Fonseca da Silva Dias*  
*Rita de Cássia Oliveira Gomes*  
*Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior*  
*Mônica Pereira dos Santos*  
*Jean-Christophe Houzel*

**DOI 10.22533/at.ed.2921915019**

**CAPÍTULO 10 ..... 97**

DESAFIOS FORMATIVOS VIVENCIADOS E SUPERADOS PELOS PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE AGRESTINA - PE PARA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

*Cicera Mirelle Florêncio da Silva*  
*Maria Aline de Macedo Silva Mendes*

**DOI 10.22533/at.ed.29219150110**

**CAPÍTULO 11 ..... 107**

ESTUDO SOBRE AS CONDIÇÕES DE INCLUSÃO EM UMA ESCOLA ESTADUAL NA CIDADE DE CALDAS NOVAS NOS ÚLTIMOS 13 ANOS

*Jullyana Pimenta Borges Gonçalves*  
*Rosângela Lopes Borges*  
*Marcos Fernandes Sobrinho*  
*Cinthia Maria Felício*

**DOI 10.22533/at.ed.29219150111**

**CAPÍTULO 12 ..... 120**

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NA CIDADE DE CRATO-CE: O USO EM CONTEXTO RELIGIOSO

*Luiza Valdevino Lima*  
*Francisco Edmar Cialdine Arruda*  
*Martha Milene Fontenelle Carvalho*  
*Ana Patricia Silveira*  
*Daniela Valdevino Lima*

**DOI 10.22533/at.ed.29219150112**

**CAPÍTULO 13..... 131**

O PAPEL DA OLIMPÍADA BRASILEIRA DE MATEMÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS (OBMEP) COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL

*Joselito Elias de Araújo*  
*José Vinícius do Nascimento Silva*  
*Pedro Eduardo Duarte Pereira*  
*Flávia Aparecida Bezerra da Silva*

**DOI 10.22533/at.ed.29219150113**

**CAPÍTULO 14..... 141**

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E MUDANÇAS NO CONTEXTO ESCOLAR: A QUESTÃO DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA EM UMA ESCOLA PERNAMBUCANA

*Lúcia de Fátima Farias da Silva*

**DOI 10.22533/at.ed.29219150114**

**CAPÍTULO 15..... 150**

UM OLHAR SOBRE A INCLUSÃO NAS PESQUISAS ACADÊMICAS EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS DA BAHIA

*Julimar Santiago Rocha*  
*Maria da Conceição Alves Ferreira*

**DOI 10.22533/at.ed.29219150115**

**CAPÍTULO 16..... 163**

FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR - RELATO DE EXPERIÊNCIA

*Débora Rocha Carvalho*  
*Deldy Moura Pimentel*  
*Terezinha Teixeira Joca*  
*Marilene Calderaro Munguba*

**DOI 10.22533/at.ed.29219150116**

**CAPÍTULO 17..... 172**

NAS TESSITURAS DA LEI 10.639/03: DIÁLOGOS ENTRE O ENSINO DE HISTÓRIA E A DIVERSIDADE ÉTNICORACIAL

*Aparecida Barbosa da Silva*

**DOI 10.22533/at.ed.29219150117**

**CAPÍTULO 18..... 181**

O DIREITO A EDUCAÇÃO: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA A PARTIR DO CONTEXTO DOS JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE

*Daniel de Souza Andrade*  
*Andréia Alves de Oliveira*  
*Edneide Nóbrega do Rêgo*  
*Elânia Daniele Silva Araújo*  
*Janaina Dantas dos Santos*  
*Lidyane Gomes Mendonça da Silva*  
*Maria José Elaine Costa Silva Pereira*  
*Marlene Eneas da Silva Falcão*  
*Sônia Maria de Lira*  
*Verônica Remígio da Silva e Lima*

**DOI 10.22533/at.ed.29219150118**

<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>191</b>
O USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA ROTINA DO PROGRAMA FACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA	
<i>Maikson Damasceno Machado</i>	
<i>Kátia Cristina Novaes Leite</i>	
<i>Eliata Silva</i>	
<i>Jane Adriana Vasconcelos Pacheco Rios</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.29219150119</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>202</b>
UMA REFLEXÃO SOBRE A POLITICA EDUCACIONAL INCLUSIVA NO BRASIL	
<i>Marília Piazzzi Seno</i>	
<i>Simone Aparecida Capellini</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.29219150120</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>213</b>
AFETIVIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR INCLUSIVO	
<i>Scheilla Conceição Rocha</i>	
<i>Cândida Luisa Pinto Cruz</i>	
<i>Rita de Cácia Santos Souza</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.29219150121</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>224</b>
UMA HISTÓRIA DE (RE)SIGNIFICAÇÃO DE UM ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RUA	
<i>Meiryllianne Suzy Cruz de Azevedo</i>	
<i>Edivânia Paula Gomes de Freitas</i>	
<i>Leandra da Silva Santos</i>	
<i>Kelli Faustino do Nascimento</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.29219150122</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>234</b>
CIDADANIA E DIREITOS NO AMBIENTE ESCOLAR: FORMANDO CIDADÃOS, TRANSFORMANDO REALIDADES ATRAVÉS DO ESTUDO DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS	
<i>João Maria Cardoso e Andrade</i>	
<i>Joana Paula Costa Cardoso e Andrade</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.29219150123</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>244</b>
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PRÁTICAS NO COTIDIANO DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS	
<i>Clemilda dos Santos Sousa</i>	
<i>Fernanda Nunes de Araújo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.29219150124</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>255</b>
TRILHANDO OS CAMINHOS DA INCLUSÃO: A CRECHE COMO PRIMEIRO ESPAÇO	
<i>Sára Maria Pinheiro Peixoto</i>	
<i>Edileide Ribeiro Pimentel</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.29219150125</b>	
<b>SOBRE AS ORGANIZADORAS</b> .....	<b>269</b>



# CAPÍTULO 8

## AS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS, VOLTADAS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A TRANSIÇÃO ESCOLA-TRABALHO

**Ana Cristina de Carvalho**

Mestranda - UFF/CMPDI

**Edicléa Mascarenhas Fernandes**

UERJ e UFF/CMPDI

**RESUMO:** Ao atuarmos com alunos com deficiência intelectual, em uma rede de ensino voltada para a Educação Profissional, especificamente dentro de uma Escola Especial, identificamos que ainda há um grande desconhecimento quanto ao potencial para o mundo do trabalho em relação ao este grupo. Pensar, estruturar e colocar em práticas ações que os levem a enfrentar a realidade do mundo do trabalho e da vida em sociedade e como são desenvolvidas as competências técnicas e básicas com as capacidades organizativas apresenta-se como questões a serem problematizadas. Tencionando estudar esta questão, através de uma pesquisa bibliográfica documental, este trabalho tem como objetivo analisar as políticas públicas mais significativas para a inclusão da pessoa com deficiência na sociedade brasileira e seu benefício no processo de transição da vida escolar para o mundo do trabalho, iniciando na Constituição Federal de 1988 e finalizando na LBI, Lei nº 13.146/2015. A preparação e inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho é requisito básico para o processo maior que é o de Inclusão

Social. Assim sendo, a partir deste paradigma e do novo conceito referente à pessoa com deficiência intelectual adotado pela AAID, faz-se necessário o acolhimento deste grupo em todos os setores, e o trabalho também se constitui como uma efetiva dimensão. Sendo assim, a discussão da inserção no mercado laboral deve estar presente e ser motivo de preocupações por parte dos governantes, das escolas, da família e da própria pessoa com deficiência. As pessoas com deficiência são integrantes ativos da nossa sociedade. Em qualquer lugar, eles estão convivendo, trabalhando, estudando, comprando, consumindo. As políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência na esfera da inclusão laboral trouxeram vários direitos que não estavam expressos e, apesar de termos consciência de que a efetivação de uma prática inclusiva não será garantida por meio de leis, decretos ou portarias, mas sim através de ações que preparem a sociedade para atuar com as pessoas que chegam até ela, independentemente de suas diferenças ou características individuais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inclusão Laboral; Políticas públicas; Pessoa com Deficiência

### REFERENCIAL TEÓRICO:

Quando falamos em pessoas com

deficiência, é importante que também analisemos as políticas públicas que atendem este segmento e, para começar a discorrer sobre estas políticas, nada melhor do que citar o tema que as organizações de Pessoas com Deficiência adotaram, **“Nada sobre nós, sem nós”**, pois ao pensar sobre esta temática temos que refletir sobre as barreiras que foram e ainda são impostas a esse segmento populacional, principalmente quando focamos a inclusão laboral. *O Artigo 6º do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais - PIDESC* - proclama que o direito ao trabalho é o direito que toda pessoa tem de sustentar-se por meio do seu trabalho. Ele não garante apenas um emprego em qualquer tipo de atividade, mas em atividades de sua livre escolha.

Segundo definição de TEIXEIRA (2002, p.2) as políticas públicas são:

Diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.

Discutir políticas públicas é discutir direito e nada melhor para isso do que conhecê-los, para que sejam efetivados e respeitados. Tendo como apoio a fala de TEIXEIRA (2002, p.2), *elaborar uma política pública significa definir quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem.*

Podemos começar a discorrer sobre estas políticas; que aqui neste trabalho terá como elemento norteador as políticas mais significativas para a inclusão da pessoa com deficiência na sociedade brasileira; iniciando com a Constituição Federal de 1988, que foi um marco legal nesta ação pois, além de ter buscado romper com o viés assistencialista, podemos observar que direitos básicos e essenciais foram contemplados e formalizados nesta constituição e, em função disto, novas normas regulamentadoras foram apresentadas, reconhecendo-se a diversidade na sociedade.

A Constituição é o indutor principal dessa inserção da pessoa portadora de deficiência no mundo do trabalho, que prevê a reserva de cargos e a proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência. (Neri e Tall, s/d p.15)

Seguindo cronologicamente, vamos nos ater à Lei 7.853 de 24 de outubro de 1989, que pontua em seu Artigo 2, §III, “d”

A adoção de legislação específica que discipline a reserva de mercado de trabalho, em favor das pessoas portadoras de deficiência, nas entidades da Administração Pública e do setor privado, e que regule a organização de oficinas e congêneres integradas ao mercado de trabalho, e a situação, nelas, das pessoas portadoras de deficiência.

Segundo NERI et al, (2002), o Brasil foi signatário de duas convenções da

Organização Internacional do Trabalho, sendo a primeira concernente à Discriminação em Matéria de Emprego e Profissão, ratificada pelo Decreto Legislativo 62.150/68, e segunda concernente à Adaptação de Ocupações e o Emprego do Portador de Deficiência ratificada pelo Decreto Legislativo 129/91. Como reflexo desta ação internacional, e da lei 7858/89, nesse mesmo ano de 1991 foi aprovada pelo Congresso Nacional a lei 8.213/91, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e estabeleceu o sistema de cotas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Em seu Artigo 93, coloca que a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas.

Seguindo a política de reserva de vagas, a lei 8112/91, em seu artigo 5, § 2, estabelece que *serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso para pessoas com deficiência.*

Faz-se necessário entender que estas políticas não se tratam de políticas de assistencialismo, mas sim de uma da busca pela equidade no mundo do trabalho, corroborando com MAZZILLI (2001, p.4), quando afirma que,

É preciso, pois, compreender que o verdadeiro sentido da isonomia, constitucionalmente assegurada, é tratar diferentemente os desiguais, na medida em que se busque compensar juridicamente a desigualdade, igualando-os em oportunidades.

Conforme assevera LEME (2015), estas ações chamadas de afirmativas, são ações de natureza compensatória para grupos historicamente excluídos, que viveram e, em grande parte dos casos, ainda vivem situações de discriminação e desigualdade. Faz-se necessário que sejam valorizados socialmente, economicamente, politicamente e culturalmente, onde há o reconhecimento da diferença e a equidade de oportunidades.

Estas políticas trouxeram vários direitos que não estavam expressos e, temos consciência de que a efetivação de uma prática inclusiva não será garantida por meio de leis, decretos ou portarias, mas sim que através de ações que preparem a sociedade para atuar com as pessoas que chegam até ela, independentemente de suas diferenças ou características individuais, mas como colocam FERNANDES & ORRICO, 2012, p.66,

As políticas para promoção da acessibilidade da pessoa com deficiência no mundo do trabalho têm contribuído de forma incipiente para desmistificar estes mitos. Contudo, é flagrante que a existência das mesmas muito contribui para a efetivação do processo de inclusão social e profissional.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um direito constitucional regulamentado pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e pelos Decretos 6.214/2007 e 6.564/2008 e Lei nº 12.435/11. A garantia de um salário-mínimo de

benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Este benefício, apesar de ser uma conquista, traz alguns impeditivos, principalmente no campo familiar, ao ingresso da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Muitas vezes, mesmo quando ofertada uma remuneração igual ou maior ao valor, ainda existe o receio em abrir mão, mesmo que temporariamente do benefício conforme lei 12.435/11, Art. 21, § 4º *A cessação do benefício de prestação continuada concedido à pessoa com deficiência, inclusive em razão do seu ingresso no mercado de trabalho, não impede nova concessão do benefício, desde que atendidos os requisitos definidos em regulamento.*

Faz-se necessário entender a posição destas famílias, frente a toda discriminação e inseguranças que passaram e passam as pessoas com deficiência, mesmo com todas estas mudanças políticas.

O questionamento do BPC, enquanto fator de desestímulo à procura de inserção no mercado de trabalho formal, não reduz ou ignora a sua importância enquanto uma conquista social capaz de resguardar as pessoas com deficiência e suas famílias da privação material extrema. O que se pretende é colocar em evidência este fato e incentivar o debate sobre as melhores estratégias para fazer a inclusão. Nem os gestores públicos, nem as empresas e nem a sociedade civil devem perceber de forma negativa o benefício, pelo contrário, ele é imprescindível para tirar esses indivíduos da marginalidade e vulnerabilidade social. NEVES-SILVA; PRAIS; SILVEIRA (2015, p. 2552)

Temos também, como política pública, o plano Viver sem Limites, lançado em 17 de novembro de 2011, e instituído pelo Decreto 7612/11, para implementar novas iniciativas e intensificar ações em benefício das pessoas com deficiência, *demonstrando o avanço do país na implementação de medidas para promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos.*<sup>1</sup>

E finalizamos este texto falando da Lei Brasileira de Inclusão – LBI, Lei nº 13.146/2015, que durante quinze anos tramitou no Congresso Nacional. A LBI reafirma a autonomia e a capacidade da pessoa com deficiência para exercerem atos da vida civil em condições de igualdade com as demais pessoas.

Sendo consolidado pelo Decreto 8.954/17, que institui o Comitê do Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência e da Avaliação Unificada da Deficiência.

A preparação e inclusão da pessoa com deficiência no mercado de Trabalho é requisito básico para o processo maior que é o de Inclusão Social. É um processo de convivência de pessoas que são tidas como diferentes com os demais membros da sociedade. Assim sendo, a partir do paradigma da inclusão social e da necessidade do acolhimento da pessoa com deficiência em todos os setores, onde o trabalho constitui-se como uma efetiva dimensão, a discussão da inserção no mercado laboral fez-se presente, sendo motivo de preocupações por parte dos governantes, das escolas, da

família e da própria pessoa com deficiência.

No Brasil os principais documentos sobre políticas públicas se expressam na forma de leis, decretos, pareceres e/ou resolução, ou seja, há muita regulamentação, mas sua aplicação ainda é questionável. Um enquadramento legal sobre o processo de transição para o emprego ainda é inexistente no Brasil.

O fato que na interação com a sociedade é onde as políticas públicas tomam forma, seja numa perspectiva positiva ou negativa. A educação para inclusão deve essencialmente assegurar a existência de aprendizagens adequadas ou outras experiências positivas. Não é simplesmente determinar “onde” um indivíduo é educado ou quais serviços e apoio receber. É saber qual a qualidade e relevância do local, dos serviços e do apoio a ele destinados.

## REFERENCIAS

TEIXEIRA, E. C. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais da Bahia: 2002. Disponível em [http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a\\_pdf/03\\_aatr\\_pp\\_papel.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf). Acesso em janeiro de 2017

NERI, M.; CARVALHO A. P.; e COSTILLA H. G. **Política de Cotas e Inclusão Trabalhista das Pessoas com Deficiência**. Disponível em [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/bf\\_bancos/e0002351.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/bf_bancos/e0002351.pdf) . Acesso em janeiro de 2017

NEVES-SILVA, P.; PRAIS, F. G.; SILVEIRA, A. M. **Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho em Belo Horizonte**, Brasil: cenário e perspectiva. Ciênc.Saúde Coletiva, v. 20, n. 8, 2015.

FERNANDES, E. M.; ORRICO, H. F. **Acessibilidade e inclusão social**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Descubra, 2012.

**MAZZILLI, H. N. O Ministério Público e a Pessoa Portadora de Deficiência**. 2001. Disponível em <http://www.mazzilli.com.br/pages/artigos/mpepessdef.pdf> . Acesso em janeiro de 2017

LEME, M. E. S. **Deficiência e o Mundo do Trabalho**: discursos e contradições. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-029-2

